TRUE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/ME nº 12.130.744/0001-00 - NIRE 35.300.444.957

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DAS 01^ª E 02^ª SÉRIES DA 01^ª EMISSÃO DA TRUE SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA" e "Títulos dos CRA") das 01^ª e 02^ª SÉRIES DA 01^ª EMISSÃO DA TRUE SECURITIZADORA S.A. ("Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **PENAGTONG S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.** inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.434.682/0001-38 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, em atenção ao disposto na Cláusula 11 do Termo de Securitização dos CRA da Emissão ("Termo de Securitização"), a se reunirem em Assembleia Geral de Titulares dos CRA da Emissão ("AGCRA"), a ser realizada, em **SEGUNDA CONVOCAÇÃO, em 03 DE OUTUBRO DE 2022 ÀS 14H15 de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams* (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25, I da Resolução nº 60 do CVM, de 23 de dezembro de 2021, das demonstrações contábeis do patrimônio separado dos CRA da Emissora, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2022; (ii) Autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes à matéria indicada nesta ordem do dia. **Informações Gerais:** a AGCRA será realizada de forma digital e remota, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, por videoconferência, via plataforma *Microsoft Teams*, coordenada pela Emissora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àqueles Titulares dos CRA que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora juridico@truesecuritizadora.com.br e ao Agente Fiduciário agente.fiduciario@truesecuritizadora.com.br, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da AGCR, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; e (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada. O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRA está disponível no (i) site da Emissora www.truesecuritizadora.com.br; e (ii) site da CVM www.cvm.gov.br.

São Paulo, 23 de setembro de 2022.

TRUE SECURITIZADORA S.A.
Arley Custódio Fonseca - Diretor de Relações com Investidores

TRUE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/ME nº 12.130.744/0001-00 - NIRE 35.300.444.957

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DAS 01^ª E 02^ª SÉRIES DA 01^ª EMISSÃO DA TRUE SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA") das 01^ª e 02^ª SÉRIES DA 01^ª EMISSÃO DA TRUE SECURITIZADORA S.A. ("Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.** inscrita no CNPJ/ME sob o nº 00.806.335/0001-54 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, em atenção ao disposto na Cláusula 12 do Termo de Securitização dos CRA da Emissão ("Termo de Securitização"), a se reunirem em Assembleia Geral de Titulares dos CRA da Emissão ("AGCRA"), a ser realizada, em **SEGUNDA CONVOCAÇÃO, em 03 DE OUTUBRO DE 2022 ÀS 14H45, de forma exclusivamente digital** (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25, I da Resolução nº 60 do CVM, de 23 de dezembro de 2021, das demonstrações contábeis do patrimônio separado dos CRA da Emissora, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2022; (ii) Autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes à matéria indicada nesta ordem do dia. **Informações Gerais:** a AGCRA será realizada de forma digital e remota, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, por videoconferência, via plataforma *Microsoft Teams*, coordenada pela Emissora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àqueles Titulares dos CRA que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora juridico@truesecuritizadora.com.br e ao Agente Fiduciário agente.fiduciario@planner.com.br, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da AGCR, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; e (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada. O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRA está disponível no (i) site da Emissora www.truesecuritizadora.com.br; e (ii) site da CVM www.cvm.gov.br.

São Paulo, 23 de setembro de 2022.

TRUE SECURITIZADORA S.A.
Arley Custódio Fonseca - Diretor de Relações com Investidores

TRUE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/ME nº 12.130.744/0001-00 - NIRE 35.300.444.957

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 304^ª E 305^ª SÉRIES DA 1^ª EMISSÃO DA TRUE SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") das 304^ª E 305^ª SÉRIES DA 1^ª EMISSÃO DA TRUE SECURITIZADORA S.A. ("Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.** inscrita no CNPJ/ME sob o nº 13.876/0004-34 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, em atenção ao disposto na Cláusula 13 do Termo de Securitização dos CRI da Emissão ("Termo de Securitização"), a se reunirem em Assembleia Geral de Titulares dos CRI da Emissão ("AGC-CRI"), a ser realizada, em **SEGUNDA CONVOCAÇÃO, em 05 DE OUTUBRO DE 2022 ÀS 15H15, de forma exclusivamente digital** (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25, I da Resolução nº 60 do CVM, de 23 de dezembro de 2021, das demonstrações contábeis do patrimônio separado dos CRI da Emissora, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2022; Ficam os senhores Titulares dos CRI da Emissão cientes de que, nos termos do §2º, do artigo 25, da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia especial de investidores correspondente não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores. **Informações Gerais:** a AGC-CRI será realizada de forma digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, por videoconferência, via plataforma *Microsoft Teams*, coordenada pela Emissora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora juridico@truesecuritizadora.com.br e ao Agente Fiduciário agente.fiduciario@truesecuritizadora.com.br, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da AGCR, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; e (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 23 de setembro de 2022. **TRUE SECURITIZADORA S.A.** - Arley Custódio Fonseca - Diretor de Relações com Investidores

TRUE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/ME nº 12.130.744/0001-00 - NIRE 35.300.444.957

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 399^ª SÉRIE DA 1^ª EMISSÃO DA TRUE SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") da 399^ª SÉRIE DA 1^ª EMISSÃO DA TRUE SECURITIZADORA S.A. ("Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.** inscrita no CNPJ/ME sob o nº 13.876/0004-34 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, em atenção ao disposto na Cláusula 13 do Termo de Securitização dos CRI da Emissão ("Termo de Securitização"), a se reunirem em Assembleia Geral de Titulares dos CRI da Emissão ("AGC-CRI"), a ser realizada, em **SEGUNDA CONVOCAÇÃO, em 06 DE OUTUBRO DE 2022 ÀS 15H, de forma exclusivamente digital** (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25, I da Resolução nº 60 do CVM, de 23 de dezembro de 2021, das demonstrações contábeis do patrimônio separado dos CRI da Emissora, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2022; Ficam os senhores Titulares dos CRI da Emissão cientes de que, nos termos do §2º, do artigo 25, da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia especial de investidores correspondente não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores. **Informações Gerais:** a AGC-CRI será realizada de forma digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, por videoconferência, via plataforma *Microsoft Teams*, coordenada pela Emissora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora juridico@truesecuritizadora.com.br e ao Agente Fiduciário agente.fiduciario@truesecuritizadora.com.br, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da AGCR, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; e (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 23 de setembro de 2022. **TRUE SECURITIZADORA S.A.** - Arley Custódio Fonseca - Diretor de Relações com Investidores

TRUE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/ME nº 12.130.744/0001-00 - NIRE 35.300.444.957

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 224^ª SÉRIE DA 1^ª EMISSÃO DA TRUE SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") da 224^ª SÉRIE DA 1^ª EMISSÃO DA TRUE SECURITIZADORA S.A. ("Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.** inscrita no CNPJ/ME sob o nº 13.876/0004-34 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, em atenção ao disposto na Cláusula 11 do Termo de Securitização dos CRI da Emissão ("Termo de Securitização"), a se reunirem em Assembleia Geral de Titulares dos CRI da Emissão ("AGC-CRI"), a ser realizada, em **SEGUNDA CONVOCAÇÃO, em 05 DE OUTUBRO DE 2022 ÀS 14H, de forma exclusivamente digital** (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25, I da Resolução nº 60 do CVM, de 23 de dezembro de 2021, das demonstrações contábeis do patrimônio separado dos CRI da Emissora, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2022; Ficam os senhores Titulares dos CRI da Emissão cientes de que, nos termos do §2º, do artigo 25, da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia especial de investidores correspondente não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores. **Informações Gerais:** a AGC-CRI será realizada de forma digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, por videoconferência, via plataforma *Microsoft Teams*, coordenada pela Emissora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora juridico@truesecuritizadora.com.br e ao Agente Fiduciário agente.fiduciario@truesecuritizadora.com.br, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da AGCR, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; e (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 23 de setembro de 2022. **TRUE SECURITIZADORA S.A.** - Arley Custódio Fonseca - Diretor de Relações com Investidores

11^ª OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA CAPITAL - EDITAL DE INTIMAÇÃO - Lei 9.514/97 - PLÍNIO ANTONIO CHAGAS.

11^ª Oficial de Registro de Imóveis da Capital/SP, **FAZ SABER** a todos quantos o presente edital vierem ou dele conhecimento tiverem que, perante este Serventia, situada na Rua Nelson Gama de Oliveira, nº 235, Vila Andrade, foi **prenotado sob o nº 1.402.282** o requerimento feito pela **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF**, CNPJ/ME nº 00.360.305/0001-04, na qualidade de credora fiduciária, objetivando a intimação dos devedores fiduciantes, **ANTONIO VIEIRA DE MELO**, RG nº 3337713-SSP/BA, CPF/ME nº 412.410.615-72, brasileiro, solteiro, maior, bancário, e **MARIA MADELANE ARAUJO FERREIRA**, RG nº 60.176.591-8-SSP/SP, CPF/ME nº 126.858.588-58, brasileira, viúva, maior, pensionista, os quais se encontram em local incerto e não sabido, conforme certidões expedidas pelos Oficiais de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Capital, de forma que, a teor do que dispõe o § 4º do artigo 26 da Lei 9.514/97, **fica o referido devedor fiduciante intimado a comparecer neste Serviço de Registro de Imóveis**, de segunda a sexta-feira, no horário das 9:00 às 16:00 horas, pessoalmente ou por meio de representante legal, devidamente qualificado, a fim de efetuar o pagamento das prestações em atraso e demais encargos contratuais, totalizando o **débito, em 26 de setembro de 2022, o valor de R\$28.282,16 (Vinte e oito mil, duzentos e oitenta e dois reais e dezesseis centavos)**, em conformidade com a forma e condições estabelecidas no contrato particular, com força de escritura pública, registrado na matrícula nº 131.648, referente ao apartamento nº 24, do Edifício Carvalho Conjunto Residencial, situado na Rua Mamboré, nº 38, 32^ª Subdistrito - Capela do Socorro, - sendo que o valor acima será acrescido das custas, emolumentos, despesas com as tentativas de intimação pessoal dos fiduciantes e de todas as despesas com a publicação deste Edital. Fica INTIMADO os mencionados devedores fiduciantes que, no dia imediatamente posterior ao da última publicação do presente edital, serão os mesmos considerados como intimados e terá o prazo de quinze dias para adimplir o referido pagamento. Decorrido o prazo legal para a purgação da mora, a credora-fiduciária será facultado requerer a consolidação da propriedade fiduciária, conforme previsto no §7º do artigo 26 da Lei Federal nº 9.514/97. Para que surtam os efeitos legais da intimação, sem que possa alegar ignorância, o presente edital está sendo publicado por três dias em um dos jornais de maior circulação local. São Paulo, 26 de setembro de 2022. **PLÍNIO ANTONIO CHAGAS - OFICIAL**

JR Participações e Investimentos S.A.

CNPJ/ME nº 05.410.789/0001-72 - NIRE nº 35.300.509.331

Ata da Assembleia Geral Ordinária Realizada em 25 de Abril de 2022

Dia, Hora e Local: Ao vigésimo quinto dia do mês de abril de dois mil e vinte e dois, às 11:00 horas, na sede social da Companhia, na Rua Canadá, nº 390, Jardim América, CEP 01436-000, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Quórum:** Acionistas da companhia representando 100% (cem por cento) do capital social. **Convocação:** Verificou-se, em 1^ª Convocação, a presença de acionistas representando a totalidade do capital social, o que foi constatado pelas assinaturas no livro de "Presença de Acionistas", tornando-se dispensável a convocação por edital conforme, autoriza o § 4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76. **Mesa:** Presidente: Leila Mejdalani Pereira; Secretário: José Roberto Lamachia. **Ordem do Dia:** Avaliação e aprovação do Relatório Anual da Administração, bem como das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social findo em 31.12.2021. **Deliberações:** Os acionistas, por unanimidade, sem quaisquer ressalvas, após exame e discussão, aprovaram: O Relatório Anual da Administração, bem como as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social findo em 31.12.2021, de conformidade com a publicação efetuada na Central de Balanços, em 14 de abril de 2022. Procedida a leitura, foi informado que o resultado do exercício apresentou lucro que permaneceu à disposição dos acionistas e será utilizado oportunamente. **Documentos Arquivados:** Foram arquivados na sede da Sociedade, devidamente autenticados pela Mesa, os documentos submetidos à apreciação da Assembleia, referidos nesta ata. **Conselho Fiscal:** O Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado no período. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente encerrou os trabalhos desta Assembleia Geral, lavrando-se o livro próprio, a presente Ata, lida e achada conforme, foi aprovada por todos os presentes, que a subscrivem. **Assinaturas: Presidente da Mesa/Acionista/Diretor Superintendente:** Leila Mejdalani Pereira; **Secretário da Mesa/Diretor Superintendente:** José Roberto Lamachia. **Acionista:** Crefelir Participações e Empreendimentos S.A., representada por seu Diretor Presidente José Roberto Lamachia. **Declaração:** Declaramos, para os devidos fins que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. Leila Mejdalani Pereira - Presidente da Mesa/Acionista/Diretora Superintendente; José Roberto Lamachia - Secretário da Mesa/Diretor Superintendente; Crefelir Participações e Empreendimentos S.A. - Acionista. José Roberto Lamachia - Diretor Presidente. **JUCESP** nº 252.263/22-4 em 18/05/2022. Gisela Siermiera Ceschin - Secretária Geral.

COMUNICADO ABANDONO DE EMPREGO

Solicitamos que o Sr **Humberto Gomes de Oliveira**, portador da CTPS nº 54671 série 00117 emissão 06/07/2011 SP, funcionário da empresa **RENPLAN SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO EIRELI** - CNPJ 07.067.876/0001-93 situada à Rua Dona Luísa, nº 233 - Paulista - CEP - 13.424-043 - Fone: (11) 3211-1111, por seu Oficial Plínio Antonio Chagas, em nome de **CHAGAS**, conforme transcrição das transcrições nºs 20.761 e 23.842 do 11^ª Cartório de Registro de Imóveis, esta publicação é feita para dar publicidade de todos os termos do presente procedimento administrativo de Usucapião Extrajudicial para, querendo, possam eventuais terceiros interessados, ou os notificandos BENEDITO VIEIRA DA SILVA, CHRISTINA DE JESUS SILVA, GEORGINA LOCADIA DE MACEDO, BENEDITO VIEIRA DA SILVA FILHO, ÂNGELA MARIA DA SILVA LEMES, ROBERTO CARLOS DE MACEDO, MARIA LUCIA LOYOLA DA SILVA, RONALDO CARDOSO DA SILVA, CASSIA LOYOLA DA SILVA, REGINA MARTINHO, DIOGO MARTINHO MOURA COSTA, ANASTÁCIO GOMES DA SILVA, MARIA FERREIRA DA SILVA, ETEVALDO BARROS DE ALENCAR, SORAYA MENDES CUTOLO ALENCAR, GERALDO RODRIGUES DE ALMEIDA, VILMA DE OLIVEIRA ALMEIDA FERNANDES, SANDRA DE OLIVEIRA ALMEIDA AMARELO, LUIZ FERARI, ANGELA APARECIDA BITTENCOURT, JOSE RAMOS BITTENCOURT, AQUINO FERARI, EDA JUSTINA FRARE GLAVTICHEFF, HORÁCIO FRARE, JOSE FRARE, SEBASTIANA ESPEDITA NUNES FRARE, NATALE FRARE, MARÍ EVANI DA SILVA FRARE, JOSE FRARE, MARLENE SOARES FRARE, oferecerem eventual(is) impugnação(ões), desde que fundamentada(s), em face ao titular de domínio, bem assim aos confrontantes, sob pena de não ser(em) considerada(s) e o procedimento administrativo seguir o curso previsto na referida Lei Federal nº 6.015/1973, e nas Normas de Serviço editadas pela Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, e ainda a teor do Provimento nº 65, do Conselho Nacional de Justiça. Decorridos 15 dias da data da publicação deste, e na ausência de qualquer reclamação por escrito de quem se julgar prejudicado, proceder-se-á ao registro de que trata o artigo nº 216-A da Lei nº 6.015/73. Dado e passado no 11^ª Registro de Imóveis da Comarca da Capital, aos 26 de setembro de 2022. O Oficial.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO – PRAZO DE 15 DIAS - 11^ª CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA CAPITAL, por seu Oficial PLÍNIO ANTONIO CHAGAS, conforme dispõe o Artigo nº. 216-A da Lei Federal nº. 6.015/73, FAZ SABER A TODOS QUE VIREM O PRESENTE EDITAL que foi prenotado sob o nº 1.314.770, em 18 de agosto de 2020, neste Serviço Registral, **REQUERIMENTO DE RECONHECIMENTO EXTRAJUDICIAL DE USUCAPIÃO** (Usucapião Extraordinária – artigo 1.238 do Código Civil), Ata Notarial e demais documentos elencados no referido dispositivo legal, apresentados por **JOSÉ RUBENS PRADO LIMA**, casado com **PATRICIA DE MACEDO LIMA**, brasileiros; os quais alegam deter a posse mansa e pacífica, com *animus domini*, desde 2012; possa essa que se refere ao IMÓVEL correspondente ao IMÓVEL situado na Rua General Azevedo Pimentel, nº 84, com área com construída de 193,14m², no Jardim Mília II, no Bairro do Rio Bonito, no 32º Subdistrito – Capela do Socorro, com área de superfície de 548,37m², cadastrado na Municipalidade de São Paulo pelo nº 175.158-2, imóvel esse que se acha registrado em área maior, conforme as transcrições nºs 20.761 e 23.842 do 11^ª Cartório de Registro de Imóveis, esta publicação é feita para dar publicidade de todos os termos do presente procedimento administrativo de Usucapião Extrajudicial para, querendo, possam eventuais terceiros interessados, ou os notificandos BENEDITO VIEIRA DA SILVA, CHRISTINA DE JESUS SILVA, GEORGINA LOCADIA DE MACEDO, BENEDITO VIEIRA DA SILVA FILHO, ÂNGELA MARIA DA SILVA LEMES, ROBERTO CARLOS DE MACEDO, MARIA LUCIA LOYOLA DA SILVA, RONALDO CARDOSO DA SILVA, CASSIA LOYOLA DA SILVA, REGINA MARTINHO, DIOGO MARTINHO MOURA COSTA, ANASTÁCIO GOMES DA SILVA, MARIA FERREIRA DA SILVA, ETEVALDO BARROS DE ALENCAR, SORAYA MENDES CUTOLO ALENCAR, GERALDO RODRIGUES DE ALMEIDA, VILMA DE OLIVEIRA ALMEIDA FERNANDES, SANDRA DE OLIVEIRA ALMEIDA AMARELO, LUIZ FERARI, ANGELA APARECIDA BITTENCOURT, JOSE RAMOS BITTENCOURT, AQUINO FERARI, EDA JUSTINA FRARE GLAVTICHEFF, HORÁCIO FRARE, JOSE FRARE, SEBASTIANA ESPEDITA NUNES FRARE, NATALE FRARE, MARÍ EVANI DA SILVA FRARE, JOSE FRARE, MARLENE SOARES FRARE, oferecerem eventual(is) impugnação(ões), desde que fundamentada(s), em face ao titular de domínio, bem assim aos confrontantes, sob pena de não ser(em) considerada(s) e o procedimento administrativo seguir o curso previsto na referida Lei Federal nº 6.015/1973, e nas Normas de Serviço editadas pela Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, e ainda a teor do Provimento nº 65, do Conselho Nacional de Justiça. Decorridos 15 dias da data da publicação deste, e na ausência de qualquer reclamação por escrito de quem se julgar prejudicado, proceder-se-á ao registro de que trata o artigo nº 216-A da Lei nº 6.015/73. Dado e passado no 11^ª Registro de Imóveis da Comarca da Capital, aos 26 de setembro de 2022. O Oficial.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO – PRAZO DE 15 DIAS - 11^ª CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA CAPITAL, por seu Oficial PLÍNIO ANTONIO CHAGAS, conforme dispõe o Artigo nº. 216-A da Lei Federal nº. 6.015/73, FAZ SABER A TODOS QUE VIREM O PRESENTE EDITAL que foi prenotado sob o nº 1.324.736, em 29 de outubro de 2020, neste Serviço Registral, **REQUERIMENTO DE RECONHECIMENTO EXTRAJUDICIAL DE USUCAPIÃO** (Usucapião Extraordinária – artigo 1.238 do Código Civil), Ata Notarial e demais documentos elencados no referido dispositivo legal, apresentados por **JOÃO ORTUNHO**, aposentado e sua mulher **IGNEZ SAVOLDI ORTUNHO**, aposentada, ambos brasileiros, residentes e domiciliados nesta Capital; os quais alegam deter a posse mansa e pacífica, com *animus domini*, desde 25 de outubro de 1.985, adquirida através de Contrato Particular de Cessão de Direitos e Obrigações, celebrado o compromisso comprador de metade do lote Sr. WANDERLEY NERY; possa essa que se refere ao IMÓVEL correspondente ao SOBRADO com área construída de 203,48m², situado na Rua João da Silveira, nº 15, antiga Rua Ostia, e seu terreno com área de superfície de 132,40m², correspondente a parte do lote nº 15, antiga Rua Ostia “T” do loteamento denominado “Jardim das Flores”, no 32º Subdistrito – Capela do Socorro, cadastrado na Municipalidade de São Paulo, pelo contribuinte sob o nº 094.195.0112-4; imóvel esse que se acha registrado em área maior, conforme a matrícula nº 70.738, sob a titularidade dominial de JOÃO RODRIGUES GARCIA e sua mulher CANDIDA MARIA RODRIGUES, e comprometido à venda na proporção de metade ideal em favor de JOÃO RODRIGUES GARCIA e sua mulher GILDETE NUNES DE OLIVEIRA, e a outra metade em favor de WANDERLEY NERY, divorciado. Esta publicação é feita para dar publicidade de todos os termos do presente procedimento administrativo de Usucapião Extrajudicial para, querendo, possam eventuais terceiros interessados, ou os notificandos JOÃO RODRIGUES GARCIA, CANDIDA MARIA RODRIGUES, JAIR FERREIRA DE OLIVEIRA, GILDETE NUNES DE OLIVEIRA, WANDERLEY NERY e DALVA BERNARDO RIBEIRO NERY, oferecerem eventual(is) impugnação(ões), desde que fundamentada(s), em face ao titular de domínio, bem assim aos confrontantes, sob pena de não ser(em) considerada(s) e o procedimento administrativo seguir o curso previsto na referida Lei Federal nº 6.015/1973, e nas Normas de Serviço editadas pela Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, e ainda a teor do Provimento nº 65, do Conselho Nacional de Justiça. Decorridos 15 dias da data da publicação deste, e na ausência de qualquer reclamação por escrito de quem se julgar prejudicado, proceder-se-á ao registro de que trata o artigo nº 216-A da Lei nº 6.015/73. Dado e passado no 11^ª Registro de Imóveis da Comarca da Capital, aos 26 de setembro de 2022. O Oficial.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO – PRAZO DE 15 DIAS - 11^ª CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA CAPITAL, por seu Oficial PLÍNIO ANTONIO CHAGAS, conforme dispõe o Artigo nº. 216-A da Lei Federal nº. 6.015/73, FAZ SABER A TODOS QUE VIREM O PRESENTE EDITAL que foi prenotado sob o nº 1.324.736, em 29 de outubro de 2.020, neste Serviço Registral, **REQUERIMENTO DE RECONHECIMENTO EXTRAJUDICIAL DE USUCAPIÃO** (Usucapião Extraordinária – artigo 1.238 do Código Civil), Ata Notarial e demais documentos elencados no referido dispositivo legal, apresentados por **MARIA APARECIDA MARTINS**, brasileira, solteira, e **MARIA TEREZA MARTINS**, brasileira, solteira, residentes e domiciliados nesta Capital; os quais alegam deter a posse mansa e pacífica com *animus domini*, desde 01 de dezembro de 2.001; que adquiriram o imóvel através de instrumento particular de compromisso de venda e compra de celebrado em 01 de dezembro de 2001, de JOSÉ ALVES SALES, casado sob o regime da comunhão de bens, na vigência da Lei nº 6.515/77 com JULIANA VIEIRA DOS SANTOS SALES; possa essa que se refere ao IMÓVEL correspondente ao SOBRADO com área construída de 244,96m², situado na Rua Aglaê Reis, nº 314, antiga Rua B, e seu terreno com área de superfície de 100,22m², no bairro do Guaráviterba, no 29º Subdistrito - Santo Amaro, imóvel cadastrado na Municipalidade de São Paulo, pelo contribuinte sob o nº 152.019.118, imóvel esse que se acha registrado em área maior, conforme a matrícula nº 250.864, deste Cartório, sob a titularidade dominial de REID CONSTRUÇÃO LTDA. Esta publicação é feita para dar publicidade de todos os termos do presente Procedimento Administrativo de Usucapião Extrajudicial para, querendo, possam eventuais terceiros interessados, ou os notificandos, REID CONSTRUÇÃO LTDA, PEDRO PAULO FELIX BASTOS, DOROTHY TERUKKO MORIVAM, MARCOS MORENO, JOSE ALVES SALES, JULIANA VIEIRA DOS SANTOS SALES, FRANCISCO ERICAN DA SILVA, FELIX XAVIER TEIXEIRA, OCTACILIO ANTONIO DE SOUZA, e MARIA DAS MERCEDES OLIVEIRA DE SILVA; oferecerem eventual(is) impugnação(ões), desde que fundamentada(s), em face ao titular de domínio, bem assim aos confrontantes, sob pena de não ser(em) considerada(s) e o procedimento administrativo seguir o curso previsto na referida Lei Federal nº 6.015/1973, e nas Normas de Serviço editadas pela Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, e ainda a teor do Provimento nº 65, do Conselho Nacional de Justiça. Decorridos 15 dias da data da publicação deste, e na ausência de qualquer reclamação por escrito de quem se julgar prejudicado, proceder-se-á ao registro de que trata o artigo nº 216-A da Lei nº 6.015/73. Dado e passado no 11^ª Registro de Imóveis da Comarca da Capital, aos 26 de setembro de 2022. O Oficial.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO – PRAZO DE 15 DIAS - 11^ª CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA CAPITAL, por seu Oficial PLÍNIO ANTONIO CHAGAS, conforme dispõe o Artigo nº. 216-A da Lei Federal nº. 6.015/73, FAZ SABER A TODOS QUE VIREM O PRESENTE EDITAL que foi prenotado sob o nº 1.324.736, em 29 de outubro de 2.020, neste Serviço Registral, **REQUERIMENTO DE RECONHECIMENTO EXTRAJUDICIAL DE USUCAPIÃO** (Usucapião Extraordinária – artigo 1.238 do Código Civil), Ata Notarial e demais documentos elencados no referido dispositivo legal, apresentados por **JOÃO ORTUNHO**, aposentado e sua mulher **IGNEZ SAVOLDI ORTUNHO**, aposentada, ambos brasileiros, residentes e domiciliados nesta Capital; os quais alegam deter a posse mansa e pacífica, com *animus domini*, desde 25 de outubro de 1.985, adquirida através de Contrato Particular de Cessão de Direitos e Obrigações, celebrado o compromisso comprador de metade do lote Sr. WANDERLEY NERY; possa essa que se refere ao IMÓVEL correspondente ao SOBRADO com área construída de 203,48m², situado na Rua João da Silveira, nº 15, antiga Rua Ostia, e seu terreno com área de superfície de 132,40m², correspondente a parte do lote nº 15, antiga Rua Ostia “T” do loteamento denominado “Jardim das Flores”, no 32º Subdistrito – Capela do Socorro, cadastrado na Municipalidade de São Paulo, pelo contribuinte sob o nº 094.195.0112-4; imóvel esse que se acha registrado em área maior, conforme a matrícula nº 70.738, sob a titularidade dominial de JOÃO RODRIGUES GARCIA e sua mulher CANDIDA MARIA RODRIGUES, e comprometido à venda na proporção de metade ideal em favor de JOÃO RODRIGUES GARCIA e sua mulher GILDETE NUNES DE OLIVEIRA, e a outra metade em favor de WANDERLEY NERY, divorciado. Esta publicação é feita para dar publicidade de todos os termos do presente procedimento administrativo de Usucapião Extrajudicial para, querendo, possam eventuais terceiros interessados, ou os notificandos JOÃO RODRIGUES GARCIA, CANDIDA MARIA RODRIGUES, JAIR FERREIRA DE OLIVEIRA, GILDETE NUNES DE OLIVEIRA, WANDERLEY NERY e DALVA BERNARDO RIBEIRO NERY, oferecerem eventual(is) impugnação(ões), desde que fundamentada(s), em face ao titular de domínio, bem assim aos confrontantes, sob pena de não ser(em) considerada(s) e o procedimento administrativo seguir o curso previsto na referida Lei Federal nº 6.015/1973, e nas Normas de Serviço editadas pela Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, e ainda a teor do Provimento nº 65, do Conselho Nacional de Justiça. Decorridos 15 dias da data da publicação deste, e na ausência de qualquer reclamação por escrito de quem se julgar prejudicado, proceder-se-á ao registro de que trata o artigo nº 216-A da Lei nº 6.015/73. Dado e passado no 11^ª Registro de Imóveis da Comarca da Capital, aos 26 de setembro de 2022. O Oficial.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO – PRAZO DE 15 DIAS - 11^ª CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA CAPITAL, por seu Oficial PLÍNIO ANTONIO CHAGAS, conforme dispõe o Artigo nº. 216-A da Lei Federal nº.